
TRABALHO, SAÚDE E SEGURANÇA DE JOVENS TRABALHADORES INFORMAIS NO MUNICÍPIO DE BELÉM (PA): O caso dos vendedores ambulantes de alimentos

WORK, HEALTH AND SAFETY OF YOUNG INFORMAL WORKERS IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM (PA): The Case of food street vendors

Autora Correspondente:

Ana Kely Santos Costa dos Santos¹
0009-0003-5651-9231
E-mail: akely36@outlook.com

Bruna Rodrigues dos Santos¹
0009-0001-1560-8428

Gabriela Lauzid Kleinlein Lins¹
0009-0006-7822-5236

Raquel Oliveira do Nascimento¹
0009-0006-7267-0195

Laura Soares Martins Nogueira¹
0000-0003-2390-9279

¹*Centro Universitário FIBRA. Belém-PA, Brasil.*

Resumo

Este artigo aborda as condições de vida e de trabalho de jovens vendedores ambulantes de alimentos na cidade de Belém (PA), com idades entre 18 e 29 anos, inseridos no setor informal. A relevância do estudo reside no fato de que, embora o comércio ambulante represente uma importante alternativa de subsistência, ele também expõe os trabalhadores a riscos físicos, psicológicos e sociais, muitas vezes invisibilizados e inalcançáveis pelas políticas públicas. O objetivo geral do presente trabalho é compreender, sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, como se configuram as experiências laborais e os impactos sobre a saúde desses jovens, considerando a precarização das relações de trabalho e a ausência de proteção formal. Nossa pesquisa adota a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e transversal, utilizando entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. A fundamentação teórica ancora-se nos pressupostos da Saúde do Trabalhador e na Psicodinâmica do Trabalho, buscando articular o contexto socioeconômico ao sofrimento e ao prazer no trabalho. Os resultados indicam a predominância de condições laborais caracterizadas por jornadas extensas, exposição contínua a intempéries, vulnerabilidade à insegurança física, instabilidade de renda e restrito acesso a direitos trabalhistas. Tais fatores configuram um contexto de precarização que pode repercutir negativamente na saúde física e mental dos participantes. Conclui-se, portanto, pela necessidade de formulação e implementação de políticas públicas e ações intersectoriais voltadas à ampliação da proteção social, à promoção de condições dignas de trabalho e ao reconhecimento da relevância econômica e sociocultural do comércio ambulante no contexto urbano.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Psicodinâmica do Trabalho; Setor Informal; Vendedores Ambulantes; Juventude.

Abstract

This article examines the living and working conditions of young street food vendors in the city of Belém, Pará, Brazil, aged between 18 and 29 years, who are engaged in the informal sector. The relevance of this study lies in the fact that, although street vending represents an important means of subsistence, it also exposes workers to physical, psychological, and social risks that are often rendered invisible and remain beyond the reach of public policies. The general objective of this study is to understand, from the perspective of Christophe Dejours' Psychodynamics of Work, how labor experiences are configured and how they impact the health of these young workers, considering the precariousness of labor relations and the absence of formal protection. This research adopts a qualitative, exploratory, descriptive, and cross-sectional approach, using semi-structured interviews for data collection. The theoretical framework is grounded in the principles of Occupational Health and the Psychodynamics of Work, seeking to articulate the socioeconomic context with experiences of suffering and pleasure at work. The results indicate the predominance of working conditions characterized by long working hours, continuous exposure to adverse weather conditions, vulnerability to physical insecurity, income instability, and limited access to labor rights. These factors constitute a context of precarization that may negatively affect the physical and mental health of the participants. It is therefore concluded that there is an urgent need for the formulation and implementation of public policies and intersectoral actions aimed at expanding social protection, promoting decent working conditions, and recognizing the economic and sociocultural relevance of street vending within the urban context.

Keywords: Workers' Health; Psychodynamics of work; Informal Sector; Street Vendors; Youth.

Introdução

Na segunda metade do século XX e no início do século XXI, observam-se transformações significativas no mundo do trabalho, que colocam em xeque a concepção de trabalho construída ao longo do período pós-Revolução Industrial. Destaca-se, nesse contexto, o plano oriundo das lutas da classe operária organizada, que reivindicava relações laborais pautadas em garantias e direitos, o que possibilitou avanços expressivos para os trabalhadores.

Diante dessas mudanças, o cenário contemporâneo apresenta-se substancialmente distinto, o que levou Antunes (2009) a propor a categoria “classe-que-vive-do-trabalho”, com o objetivo de atualizar o conceito marxista de “classe” e apreender, sob uma perspectiva dialética, as particularidades das novas formas sociais de relações de trabalho, dentre as quais se insere a expansão do trabalho informal.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), o trabalho informal compreende toda atividade econômica, excluídas as atividades ilícitas, realizada por trabalhadores e unidades econômicas que, na legislação ou na prática, não se encontram cobertas, ou o são de maneira insuficiente, por arranjos formais de trabalho.

No período anterior a pandemia da Covid-19, quase 2 bilhões de trabalhadores no mundo encontravam-se na informalidade, indicando que a cada 10 trabalhadores, 6 estavam na informalidade (ILO, 2023). Ainda para a Organização Internacional do Trabalho – ILO (2018), estudos têm apontado para a questão da informalidade como um problema para o desenvolvimento sustentável no mundo, uma vez que o trabalho informal impacta negativamente sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial no que tange à proteção social e ao direito ao trabalho

decente. Ainda, segundo a Organização supracitada, o trabalho informal é maior entre os jovens na faixa etária de 15 – 24 anos, desta feita a cada 4 jovens, 3 encontram-se no trabalho informal.

No Brasil, em 2022, mais de 40 milhões de pessoas estavam na informalidade, representando 42,1% da população ocupada. A informalidade é maior entre pessoas negras, o que corresponde a 62% das pessoas nesta condição. Homens negros representavam quase 36,7% desta população, seguidos por mulheres negras (25,3%), homens brancos (20,8%) e mulheres brancas (17,2%). (IPEA, 2025)

Quanto à informalidade e à juventude no país, de acordo com Organização Internacional do Trabalho / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (OIT/IPEA) (2015), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio – 2013 (Pnad/2013) já revelavam que 63% dos/das jovens brasileiros/as estão inseridos (as) no mundo do trabalho. Entre a população na faixa etária de 18 a 24 anos, cerca de 70% integram a População Economicamente Ativa (PEA) e, entre os jovens de 25 a 29 anos, essa proporção alcança 80%. Dentre as características dessa inserção no mundo do trabalho, destacam-se a informalidade e a alta rotatividade no emprego. Ao se observar mais detidamente o aspecto da informalidade, apesar das taxas terem decrescido entre os jovens nos últimos anos, elas continuam maiores cerca de 2 pontos percentuais para os mais novos ao se compararem as faixas etárias de 15 – 29 e 30 – 65 anos.

Quando associada à cor/raça, a informalidade entre os jovens revela diferenças evidentes. Desse modo, entre brancos e amarelos a proporção de trabalhadores informais é de 41,2%; já para negros, pardos e índios, é de 15 pontos percentuais maior, perfazendo 56,3% (OIT/IPEA, 2015). Este aspecto indica uma maior vulnerabilização social entre determinados segmentos da

população de um país de herança colonial e escravocrata como o Brasil.

Em 2024, dados de um estudo do Ministério do Trabalho e Emprego apontaram que para este ano ocorreu um crescimento de jovens ocupados na faixa etária de 14 a 24 anos e diminuiu o número de jovens na condição “nem-nem”, nem trabalham e nem estudam. Entretanto, a informalidade entre jovens é maior (45%) do que a média nacional de 40%, concluindo que negros e mulheres são em maior número.

Recentemente, o contexto da pandemia da Covid-19 teve grande impacto na vida dos trabalhadores informais em países como o Brasil, em especial na garantia da sua subsistência, uma vez que períodos de isolamento e distanciamento social impediram ou dificultaram o desenvolvimento de atividades por esses trabalhadores. Vale salientar, ainda, que tais trabalhadores não têm acesso a direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou seguro-desemprego. Ainda, a crise econômica gerada pela pandemia também atingiu trabalhadores empregados, gerando um grande número de demissões e empurrando-os para o mercado informal (Costa, 2020).

É digno de nota que a absorção de jovens em idade precoce, pelo mercado informal de trabalho, os coloca em maiores condições de vulnerabilização, como o afastamento da escola e de projetos de maior qualificação; em condições de trabalho penosas e desregulamentadas, dificuldade de acesso, no futuro, a melhores condições de vida e trabalho, além do risco de adoecimento/acidentamento relacionado ao trabalho; uma vez que sob a ótica da saúde do trabalhador, as atividades de trabalho desenvolvidas na informalidade frequentemente têm sido associadas ao trabalho precário, desregulamentado e sem proteção social, o que remete a pensar em piores condições de trabalho, às quais os

trabalhadores estão submetidos com impacto na sua segurança e saúde.

Em estudo de revisão integrativa sobre o tema Trabalho Informal e Condições de Saúde, realizada por Bernardino; Andrade (2015), as autoras observaram que problemas osteomusculares foram os mais referentes no material analisado, com a manifestação de sintomas mais frequentes de dores nas pernas, braços, ombros, costas, coluna, joelhos e tendinites. Do mesmo modo, problemas de ordem psíquica também foram identificados, sendo citados problemas com estresse, ansiedade, insônia, alcoolismo, perda da autoestima, sensação de inferioridade, insegurança, desamparo.

De um modo geral, os trabalhadores informais estudados se encontram em condições de maior vulnerabilização social, apresentando mais frequentemente baixa escolarização, desenvolvendo atividades muitas vezes desgastantes, que exigem esforço físico ou posturas repetitivas; em decorrência da baixa remuneração costumam trabalhar em jornadas mais extensas, a fim de garantir a sobrevivência; possuem, em sua maior parte, menos garantias sociais como acesso a direitos trabalhistas ou mesmo à saúde (Bernadino; Andrade, 2015).

Estudo realizado por Carvalho; Aguiar (2017) com feirantes da Feira de Santana (BA), por sua vez, indica as precárias condições de trabalho descritas pelos trabalhadores estudados como: falta de condições de higiene e sanitárias adequadas, falta de segurança, barulho intenso e, quanto à organização do trabalho, a atividade é descrita como desorganizada, de baixo rendimento, assim como de rendimento incerto, com extensas jornadas de trabalho e mesmo dupla jornada de trabalho.

No âmbito da segurança e saúde no trabalho, é fundamental o conhecimento minucioso dos processos de trabalho, capaz de descrever as características específicas de

cada atividade, para compreender como o adoecimento ocorre. O trabalho informal impõe obstáculos à construção deste conhecimento. Dentre as dificuldades, encontram-se os limites físicos ou territoriais inexistentes, desorganização, mobilidade entre espaços distintos. E mesmo quando o espaço é delimitado, como em ambientes familiares, o uso de instalações improvisadas e mutáveis torna mais complexas as análises de aspectos do trabalho que podem trazer riscos à saúde dos trabalhadores (Mendes; Campos, 2004).

Em que pese os desafios de se estudar trabalhadores informais e seus processos de trabalho, a construção de conhecimentos sobre suas condições, organização do trabalho, saúde e segurança são importantes, uma vez que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas mais inclusivas para um grande quantitativo de trabalhadores mais vulneráveis, quando se trata de acesso aos direitos sociais.

No Brasil, dados sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho são subnotificados, em especial quando se considera os trabalhadores do setor informal. O desconhecimento dessa realidade deve impulsionar estudos que façam indagações que abarquem relações e condições de trabalho, a segurança e a saúde de jovens trabalhadores informais. Na busca por respostas, este estudo preliminar objetivou contribuir com dados de investigação e produção de conhecimento para o enorme desafio que é a elaboração de políticas públicas capazes de mitigar o trabalho precarizado, indigno, incerto, que se constitui como barreira ao alcance de melhores condições de vida para a população trabalhadora do país.

Neste sentido, a presente pesquisa se propôs a analisar as condições de vida, trabalho e saúde de jovens vendedores ambulantes de alimentos no município de Belém (PA).

Saúde do Trabalhador – principais pressupostos

A pesquisa ora apresentada se situa no campo da Saúde do Trabalhador. Na busca de compreensão e intervenção nos processos resultantes da relação saúde e trabalho, tal campo é definido como: “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum” (Minayo-Gomez; Thedim-Costa, 1997, p. 25).

Configura-se como um paradigma na discussão da relação trabalho-saúde-doença que ao introduzir referenciais do campo das Ciências Sociais busca explicitar as contradições nas relações entre capital e trabalho e superar concepções anteriores da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Também a Saúde do Trabalhador é fruto de movimentos sociais iniciados na Itália com o Movimento Operário Italiano (MOI) e que se espalharam para diversos países na década de 1960 - cujas reivindicações refletiam a luta dos trabalhadores por espaços mais dignos de trabalho, questionando a não delegação da vigilância da saúde exclusivamente ao Estado ou aos profissionais da saúde e da segurança; a não monetarização do risco; a validação do saber dos trabalhadores em estudos independentes sobre ambientes, condições de trabalho e processos de adoecimento - a Saúde do Trabalhador traz à cena o conhecimento do trabalhador, sua subjetividade, na tentativa de integrá-lo ao conhecimento técnico-científico (Nogueira, 2011).

A compreensão da relação saúde-doença e trabalho sob a perspectiva da saúde do trabalhador é conduzida pela análise da determinação social do processo saúde-doença – com destaque para o papel do trabalho neste processo. A categoria explicativa Processo de Trabalho aponta para

a relação capital e trabalho, buscando entender os riscos presentes à luz de conceitos como alienação, sobrecarga/sub-carga e a interação destas com os corpos que trabalham, gerando o desgaste que pode impedir o trabalhador de continuar a trabalhar. Vale salientar que a concepção de corpo implica pensar as interações biopsicossociais (Lacaz, 2007).

Ainda, para Lacaz (2007), a saúde do trabalhador entende os sujeitos da classe trabalhadora como sujeitos políticos e sociais e que, portanto, não são passivos ou meramente se encontram na condição de pacientes. Seus saberes e experiências os transformam em sujeitos da ação capazes de intervir e mudar a realidade de trabalho.

Ao nortear os passos da pesquisa, os princípios da Saúde do Trabalhador determinaram a elaboração da metodologia que se voltou a valorizar a escuta do trabalhador que ocorreu por meio do diálogo oportunizado pelas entrevistas.

Psicodinâmica do Trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho (PdT), proposta por Christophe Dejours (2004), constitui outro alicerce teórico desta pesquisa. Tal abordagem tem como eixo central a análise das relações entre organização do trabalho, sofrimento psíquico e estratégias de enfrentamento mobilizadas pelos trabalhadores, considerando o trabalho simultaneamente como fonte de prazer e de sofrimento. Nessa perspectiva, enfatiza-se que o sofrimento pode ser transformado por meio de mecanismos individuais e coletivos, especialmente pelo reconhecimento e pela cooperação no contexto laboral.

Assim, ao buscar compreender a relação entre o trabalho e possíveis queixas de saúde dos trabalhadores, a presente pesquisa orienta-se pela PdT, direcionando o olhar, de modo particular, para as dinâmicas do

sofrimento psíquico e da saúde mental no contexto do trabalho.

Na sua constituição, elaboração e reformulações, a PdT recebe influência de diversos campos, numa proposta de diálogo interdisciplinar. Destacamos aqui a Ergonomia de tradição francesa, diálogos com as Ciências Sociais, especialmente para entender as transformações no mundo do trabalho e a Teoria do Sujeito proposta pela Psicanálise.

Para Dejours (2004), o trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento para o sujeito, assim define por objeto de estudo as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação expressos nos modos de sentir, pensar, agir individuais ou coletivos dos trabalhadores.

A PdT entende o trabalho como a atividade que é realizada pelo sujeito, não de modo maquinal, mas atividade que implica os gestos, o saber fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir e interpretar as situações e a elas reagirem, envolvendo ainda a criatividade. De outra feita, o trabalhar para a PdT seria o modo de engajamento do sujeito para responder a uma tarefa que muitas das vezes é delimitada por pressões materiais e sociais. Assim, nem sempre o trabalho prescrito (aquele que consta de manuais com descrição de procedimentos ou acordado de maneira informal no coletivo do trabalho) pode ser realizado. Existe uma discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Muitas vezes o sujeito deve acrescentar algo às prescrições ou mesmo abandoná-las para que o trabalho possa acontecer.

A distância entre o trabalho real e o prescrito é sentido pelo trabalhador como um fracasso. O trabalho real se apresenta como resistência à consecução dos procedimentos prescritos, à técnica, levando à vivência de sentimentos como impotência, irritação, cólera, esmorecimento, decepção. Para Dejours (2004) “o real se apresenta ao sujeito por meio

de um efeito surpresa desagradável, ou seja, de um modo afetivo” (p. 28).

Um dos conceitos basilares da PdT é o de organização do trabalho. Assim, a organização do trabalho é entendida por Dejours, Dessors e Desriau (1994) como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa por um lado e; por outro, a divisão dos homens. A organização do trabalho envolve de uma só vez o conteúdo da tarefa e as relações humanas de trabalho. Alguns aspectos importantes da organização do trabalho são a intensidade e ritmo do trabalho, a extensão da jornada do trabalho, a autonomia, a relação com os outros que o trabalho oportuniza. Elementos estes que podem colocar o trabalhador em sofrimento e até mesmo levá-lo ao adoecimento mental.

Quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor o conteúdo significativo da atividade, maior a possibilidade de sofrimento dos trabalhadores. No sentido oposto, quando mais a organização é flexível, favorecendo a autonomia dos trabalhadores, mais o trabalho recebe reconhecimento e permite a construção de um sentido para o trabalhador, mais próximo do prazer o trabalhador estará.

Ao abordar a subjetividade e sua relação com o trabalho, a teoria da PdT também destaca a dimensão da identidade do sujeito. Para Lima (2001), o trabalhar é mais que produzir e reproduzir a vida, na luta pela sobrevivência, deve permitir também a concretização de projetos, desejos e sonhos. Assim, o trabalho seria um pilar da construção da identidade. Trabalhar não é somente uma atividade voltada ao eu, mas uma atividade dirigida ao outro. Deste modo, seu reconhecimento permite a transformação do sujeito – tornando-se um importante mediador na construção da identidade. “[...] Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo [...]” (Dejours; 2004d, p. 30). A identidade configurada como base da saúde mental indica a importância do trabalho

na construção de nosso equilíbrio psíquico e de nossa saúde mental.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva transversal realizada com aporte dos princípios do campo da Saúde do Trabalhador e da Teoria da Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida a partir de um projeto de Investigação Científica desenvolvido com alunas do curso de Psicologia, sob supervisão de uma professora do mesmo curso, de IES privada na cidade de Belém (PA).

Por tratar-se de pesquisa no campo da saúde, o projeto de pesquisa foi submetido a Plataforma Brasil para a avaliação de um Comitê de Ética recebendo a aprovação conforme CAEE 83204424200008187.

O instrumento privilegiado para a coleta de dados consistiu na utilização de entrevistas semiestruturadas que inicialmente abordaram questões sobre o contexto socioeconômico dos entrevistados e, na sequência, objetivou compreender o cotidiano do trabalho, aspectos da organização do trabalho e possíveis consequências na saúde dos trabalhadores estudados.

Observou-se que, em razão das especificidades do trabalho informal desempenhado por sujeitos que atuam em constante deslocamento nas vias públicas, comercializando alimentos, a abordagem e o convite à participação na pesquisa constituíram-se como desafios metodológicos relevantes. Considerando que o primeiro contato ocorria durante a jornada de trabalho, não se mostrava viável a realização imediata das entrevistas nessas ocasiões.

Diante disso, adotou-se como estratégia a realização de uma abordagem inicial breve, com a apresentação dos objetivos da pesquisa, seguida do agendamento de um momento posterior para a condução das entrevistas. Embora um número significativo

de trabalhadores tenha sido abordado, verificou-se baixa adesão ao agendamento, bem como elevada taxa de não comparecimento entre aqueles que inicialmente manifestavam interesse em participar.

Em decorrência dessas dificuldades, houve a necessidade de prolongamento do período de trabalho de campo até a obtenção de um conjunto de entrevistas suficiente para a análise dos dados, o que se deu com base no critério de saturação teórica, evidenciado pela recorrência dos temas nas narrativas dos participantes.

Vale salientar que antes de cada entrevistada realizada, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada um dos entrevistados. O TCLE é o documento que esclarece informações sobre a pesquisa, seus objetivos, o fato de a participação ser voluntária e não remunerada e o aspecto do sigilo quanto aos dados que pudessem identificar os sujeitos. Só após o esclarecimento dos entrevistados e sua assinatura é que as entrevistas foram realizadas.

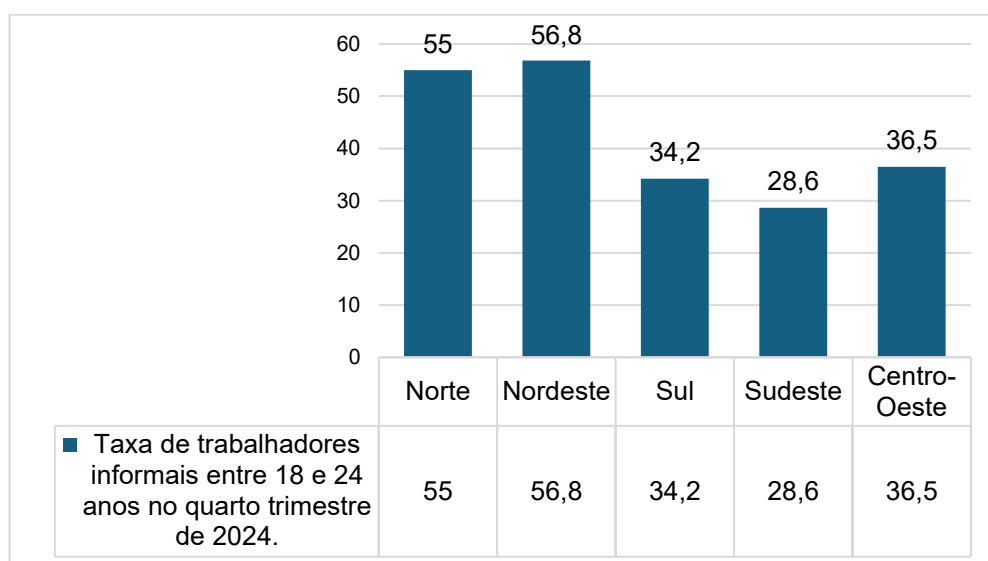
Ocorreram 5 entrevistas, realizadas em espaço adequado, silencioso e sem possibilidade de interrupções, da IES privada de afiliação das pesquisadoras. As entrevistas tiveram em média a duração entre 1h15 e foram gravadas no celular para posterior transcrição.

As transcrições foram feitas no programa Word do Pacote Office 365 e a análise dos dados foi realizada a partir de leituras exaustivas das transcrições, e a sistematização dos dados de acordo com a Análise de Núcleos de Sentido (ANS) proposta por Mendes (2007), a partir de adaptação realizada da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin; permitindo a observação de pontos comuns entre a organização do trabalho e aspectos reportados pelos trabalhadores associados a saúde-doença; prazer e sofrimento no desenvolvimento da atividade.

Resultados e Discussão

Inicialmente, realizou-se uma atualização dos dados sobre a informalidade incluindo como ela se apresenta em Belém (PA) com intuito de contextualizar o cenário da informalidade localmente.

Gráfico 1: Trabalhadores informais entre 18 e 24 anos nas grandes regiões do Brasil.

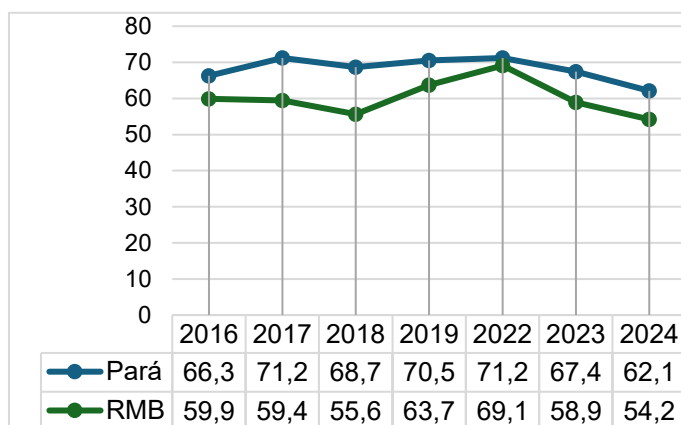


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Segundo o Observatório Paraense do Mercado do Trabalho/ Universidade Federal do Pará (OPAMET/UFPA, 2019), observando a realidade de Belém-PA, quanto a desocupação, a maior incidência encontra-se entre os homens, assim no município a taxa é de 11,5% enquanto no Pará é de 8,7%. Entre as mulheres, a taxa de desocupação é de 16,2% em Belém, já no Pará é 14,8%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2024) informa que dentre as cinco grandes regiões do Brasil, o Nordeste e o Norte se destacam pelas altas taxas de trabalhadores informais entre 18 e 24 anos, acima da média nacional como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Taxa de trabalhadores informais entre 18 e 24 anos no Estado do Pará e na Região Metropolitana de Belém.



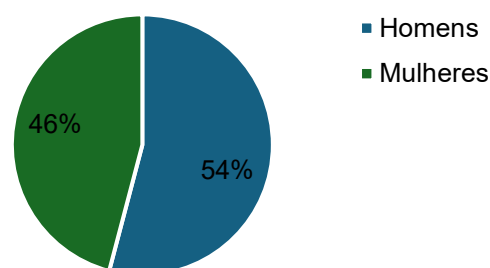
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Os dados apontam, ainda, que menos da metade dos trabalhadores possuem carteira assinada no Estado do Pará e na Região Metropolitana de Belém. Em um quadro comparativo, nota-se os altos índices de informalidade nas localidades citadas anteriormente como pode-se observar na Tabela abaixo:

Sexo e Raça

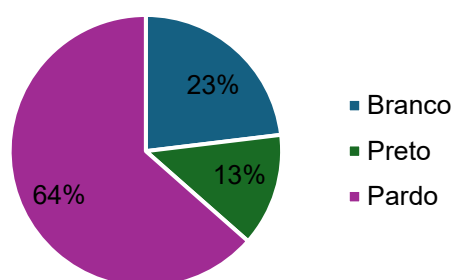
Ainda, a PNAD Contínua (IBGE, 2024) revela uma predominância de homens em situação de trabalho informal na Região Metropolitana de Belém. Em relação à raça, há uma predominância de pessoas que se autodeclararam pardas, como mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 3: Distribuição percentual de trabalhadores em situação de informalidade por sexo na Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Gráfico 4: Distribuição percentual de trabalhadores em situação de informalidade por cor ou raça na Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Estes dados permitem refletir que marcadores sociais de sexo e raça são importantes para compreender o quadro da informalidade na nossa região. A necessidade de contribuir para a renda familiar impulsiona

os jovens de baixa renda ao trabalho precoce com impacto no processo de maior escolarização; a raça, por sua vez, também revela a herança escravocrata do país e o processo de miscigenação, uma vez que a grande maioria se considera parda.

No processo de pesquisa foram entrevistados 5 vendedores ambulantes, sendo 3 do sexo feminino (60%) e 2 do sexo masculino (40%). Os entrevistados, com idades entre 20 e 29 anos, trabalhavam com venda de comida em espaços públicos. Sobre a escolaridade, 3 entrevistados iniciaram o Ensino Superior, destes trabalhadores, apenas um finalizou a Graduação; 2 possuíam o Ensino Médio incompleto e um cursou o Ensino Médio completo (tabela 1). As rendas mensais relatadas variaram entre R\$ 400,00 e R\$ 1.200,00.

Tabela 1: Gênero, idade, e escolaridade dos entrevistados.

	Gênero	Idade (anos)	Cor	Escolar.
Entrev. 1	M	20	parda	Ensino Médio Incompleto
Entrev. 2	F	28	parda	Ensino Superior Incompleto
Entrev. 3	M	26	parda	Ensino Superior Incompleto
Entrev. 4	F	29	parda	Ensino Médio Incompleto
Entrev.5	F	24	parda	Ensino Superior Completo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Pôde-se observar, a partir da escuta dos trabalhadores entrevistados, que a organização do trabalho de quem prepara e vende alimentos na rua implica um grande dispêndio de tempo, ocupando boa parte do dia em longas jornadas de trabalho. O preparo do alimento integral ou parcialmente pode ocorrer a noite ou pela manhã muito cedo, uma vez que a venda se processa no decorrer do dia. Aos finais de semana também o preparo do alimento pode ser antecipado para facilitar o início da semana. Como o trabalho ocorre no espaço da casa, algumas vezes as tarefas domésticas se intercalam ou se sobrepõem ao preparo dos alimentos para a venda. Assim, para aqueles que estudam, o cotidiano se apresenta como muito cansativo e muitas das vezes a atividade impacta de maneira negativa porque quase não há tempo para os estudos.

No caso em especial das vendedoras, os cuidados com a casa e/ou maternidade geram uma sobrecarga ainda maior. Uma das entrevistadas, que é mãe, relatou sofrimento ao perceber o tempo passando e, no seu caso, não identificar concretamente um tempo para retomar os estudos. Parece viver um *looping* em que a necessidade de sobrevivência se fecha em si mesma, tornando mais distante o desejo de mudar de vida a partir de um maior nível educacional.

A renda incerta também é fator de sofrimento. Mesmo com a experiência, é difícil precisar quanto se vai ganhar no decorrer de uma semana ou do mês, o que gera uma percepção de constante insegurança.

Os gastos com o material necessário para a produção de alimentos para a venda e a necessidade de vender tudo o que foi produzido (já que são produtos perecíveis) aparece em algumas falas analisadas como fonte de preocupação. Para quem vive com o mínimo para garantir a subsistência, o desperdício ou perda de material contribuiu para a insegurança.

Ainda, o trabalho na rua expõe estes trabalhadores a violência urbana como assalto, agressão de clientes e, no caso de uma das entregadoras, até mesmo assédio sexual de um cliente, como pode ser observado no diálogo abaixo estabelecido com a entrevistadora:

Entrevistadora: Me relata alguma situação, que foi ruim pra você, no sentido de estares te relacionando com alguém pela venda e ter sido ruim.

Entrevistada 4: Ai, muitas. Eu posso te falar três. A primeira foi quando eu tava vendendo - é que eu trabalho vendendo e oferecendo os biscoitos.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada 4: E isso era meio-dia e eu acabei oferecendo pra um rapaz e ele pegou no meu peito (...) E assim, eu tava a mil, eu tava tão agitada e eu fiquei sem ação. Fiquei paralisada. Porque, assim, quando a gente ouve uma questão de assédio, a gente fala "se eu fosse tu eu dava um tapa na..." Eu fiquei paralisada.

Segundo Dejours (2007), a precarização do trabalho causa insegurança constante. Para a entrevistada citada anteriormente, esta insegurança surgiu de determinados aspectos do seu trabalho, como: integridade física, emocional e moral. Considerando os aspectos estruturais da sociedade contemporânea brasileira, atravessada historicamente por relações de poder machistas e desiguais, o gênero pode configurar-se como um fator de agravamento nas violências sofridas por trabalhadores informais.

Ainda, a violência sexual sofrida pela entrevistada 4 implica um sofrimento que se manifesta na paralisia, impotência frente ao inusitado da situação e que se coloca como resistência, imposta pelo real do trabalho.

Além disso, o trabalho na rua em uma cidade como Belém (PA) expõe os trabalhadores ao calor intenso ou a fortes chuvas que são típicas de áreas de clima equatorial. No relato que segue é possível observar este aspecto do trabalho.

Entrevistado 1: A parte que eu acho que a geral não gosta, né, que é ficar exposto ao sol. É bem difícil, sol e chuva, às vezes a gente adocece. É isso.

No que se refere aos riscos de acidentes e aos agravos à saúde relacionados ao trabalho, os entrevistados relataram que, no contexto do preparo de alimentos, há risco de queimaduras decorrentes do manuseio de fornos e do uso de óleos aquecidos para fritura. Adicionalmente, foram mencionados acidentes ocorridos no espaço urbano, como quedas em vias públicas, especialmente em períodos chuvosos.

No que tange ao adoecimento, destacaram-se episódios de gripes intensas, associados à exposição prolongada a condições climáticas adversas, como calor excessivo e chuvas frequentes. Tais situações, por vezes, implicam a necessidade de interrupção temporária das atividades laborais, resultando na ausência de rendimentos durante o período de afastamento.

Nesse contexto, os acidentes e agravos à saúde relacionados ao trabalho produzem impactos significativos na produtividade, na integridade física e na subsistência econômica desses trabalhadores. Soma-se a isso o sofrimento psíquico decorrente das limitações impostas por lesões e pela precarização das condições laborais, marcada pela ausência de garantias e proteção social características do trabalho informal (Morrone; Mendes, 2003; Takahashi et al., 2012).

O prazer no trabalho, para a maioria, não advém de desenvolver uma atividade em si, mas, por meio do trabalho poder contribuir com a renda para o sustento da família. A maioria reportou como importante o seu trabalho para a composição da renda familiar. Entretanto, uma das vendedoras afirmou sentir prazer no ato de cozinhar e, inclusive, já realizou cursos de panificação e confeitaria gratuitos. Segundo o autor Mendes (2007), o indivíduo inserido em um ambiente de trabalho precário pode estar sujeito a experimentar prazer por meio de

diversos fatores, como as conexões estabelecidas ou o apreço pela atividade.

Nenhum dos entrevistados mencionou vivenciar adoecimento mental associado ao trabalho, apesar das vivências de sofrimento que associam ao trabalho desgastante, que os ocupa grande parte do dia a dia e interfere na possibilidade de maior dedicação aos estudos, ou mesmo de retorno a essas atividades; a incerteza e insegurança quanto aos rendimentos e o futuro. No entanto, o trabalhador inserido nesse cenário enfrenta vários obstáculos, como a falta de garantias trabalhistas, remuneração baixa em determinadas épocas, ausência de benefícios sociais e limitações nas oportunidades de crescimento profissional, conforme evidenciado nas entrevistas (Lima, 2023).

Uma das entrevistadas, ao ser perguntada se tinha sonhos para o futuro, se emocionou e chorou. Relatou não ter tempo de pensar em si mesma, de não ter tempo de sonhar; a necessidade do trabalho, de cuidar do filho e da casa expressa o sofrimento de alguém que entende que a dificuldade de retomar os estudos e a possibilidade de uma guinada de vida para melhor se apresenta como distante. A teoria da Psicodinâmica do Trabalho revela que o trabalho ultrapassa o espaço/tempo laboral e passa a ocupar a dimensão da vida como um todo, suprimindo o tempo que resta para o indivíduo investir em si. Para Dejours (2004), o sofrimento no trabalho advém das diversas exigências no âmbito laboral junto das responsabilidades cotidianas que impedem o sujeito de construir um espaço de conforto em que ele possa ser reconhecido e pratique a sua autonomia e possa realizar os seus desejos pessoais.

Para a PdT, o trabalho é pilar da identidade e está para além da garantia da sobrevivência. O que estes jovens relataram indica um trabalho para a garantia da sobrevivência, que gera sofrimento e coloca-se como empecilho para seus desejos e sonhos.

Nesse contexto, Dejours (2023), ressalta que o papel do trabalho não é neutro em relação à subjetividade e a saúde mental, pois ele favorece a realização de si ou contribui para a sua destruição.

Conclusão

Os resultados deste estudo permitiram compreender que a inserção de jovens no trabalho informal esteve relacionada não apenas à ausência de vínculo formal de trabalho, mas também a experiências marcadas por instabilidade, insegurança financeira, sobrecarga cotidiana e desgaste emocional. Ao longo das entrevistas, os participantes relataram rotinas atravessadas pela necessidade constante de adaptação às demandas do trabalho e pela dificuldade de estabelecer limites entre vida profissional, estudos, descanso e responsabilidades familiares. Em muitos casos, o trabalho assumiu uma centralidade na organização da vida cotidiana, interferindo diretamente nas possibilidades de lazer, cuidado de si e planejamento de futuro.

As experiências narradas evidenciaram que o trabalho informal apareceu de forma ambígua na trajetória dos participantes. Embora alguns jovens tenham associado a informalidade à possibilidade de autonomia, flexibilidade de horários e obtenção imediata de renda, esses aspectos coexistiram com sentimentos recorrentes de insegurança, instabilidade e cansaço constante. Tal contradição dialogou com as reflexões de Antunes (2011) acerca das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcadas pela flexibilização das relações laborais e pela ampliação de formas de inserção profissional atravessadas pela precarização social. Nesse sentido, os achados indicaram que a informalidade não se restringiu a uma condição econômica ou ocupacional, mas produziu efeitos concretos

sobre os modos de viver, sentir e projetar o futuro.

A partir das contribuições da PdT, também foi possível compreender que o sofrimento relacionado ao trabalho nem sempre apareceu de maneira explícita nos relatos dos participantes. Em diversos momentos, esse sofrimento se manifestou por meio de narrativas sobre exaustão física, pressão cotidiana, medo da instabilidade financeira e necessidade permanente de adaptação. Observou-se, ainda, que muitos jovens buscaram naturalizar determinadas condições adversas como forma de garantir a continuidade no trabalho, aspecto que se aproximou das discussões propostas pelo autor acerca das estratégias defensivas construídas diante de organizações laborais geradoras de sofrimento. Dessa forma, os resultados reforçaram a compreensão de que o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho não pode ser analisado apenas como experiência individual, mas como fenômeno atravessado por condições sociais, econômicas e organizacionais mais amplas.

Os achados também dialogaram com estudos que discutiram os impactos subjetivos das formas contemporâneas de precarização laboral, especialmente no contexto juvenil. As narrativas revelaram sentimentos de incerteza em relação ao futuro profissional, dificuldades de reconhecimento social e percepção de fragilidade diante da ausência de direitos trabalhistas e proteção social. Em alguns relatos, observou-se que a necessidade de manutenção da renda levou os participantes a jornadas extensas e ritmos intensificados de trabalho, com potencial de agravos à saúde mental. Assim, o estudo evidenciou que as experiências de trabalho informal ultrapassaram a dimensão produtiva e repercutiram diretamente na organização subjetiva e emocional dos jovens participantes.

Além disso, os resultados apontaram para a importância de considerar as

especificidades sociais, econômicas e regionais do contexto amazônico nas discussões sobre juventude, trabalho e saúde mental. Observou-se que desigualdades históricas, limitações de acesso ao mercado formal de trabalho e fragilidades nas políticas de proteção social contribuíram para a permanência de muitos jovens em ocupações informais. Nesse aspecto, o estudo buscou contribuir para a ampliação da produção científica voltada às realidades amazônicas, ainda pouco exploradas em parte significativa das pesquisas nacionais sobre trabalho e sofrimento psíquico.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da análise esteve relacionado às diferentes formas pelas quais os participantes significaram suas experiências laborais. Apesar das dificuldades relatadas, muitos jovens demonstraram esforços constantes para construir perspectivas de autonomia, reconhecimento e melhoria das próprias condições de vida por meio do trabalho realizado. Isso evidenciou a complexidade das experiências analisadas, uma vez que o trabalho informal não apareceu exclusivamente como espaço de sofrimento, mas também como possibilidade de pertencimento social, construção identitária e busca por estabilidade, ainda que permeada por limitações estruturais e incertezas permanentes.

Diante disso, o estudo reforçou a necessidade de novas investigações que aprofundem as relações entre juventude, trabalho informal e saúde mental, especialmente a partir de marcadores sociais como gênero, raça, classe social e escolarização. Também se mostrou importante ampliar pesquisas que analisem os impactos subjetivos das transformações contemporâneas do trabalho em diferentes contextos regionais, considerando as particularidades culturais, econômicas e sociais presentes nos territórios amazônicos.

Além disso, evidenciou-se a relevância de estudos que explorem estratégias coletivas de enfrentamento e redes de apoio construídas por trabalhadores informais diante das condições de precarização e vulnerabilidade social.

Por fim, compreendeu-se que a informalidade, para além da ausência de direitos trabalhistas, constituiu uma experiência complexa, atravessada por vulnerabilidades sociais, instabilidade econômica e impactos subjetivos significativos.

Assim, o estudo buscou contribuir para o debate sobre juventude, trabalho e saúde mental, destacando a importância de compreender o trabalho informal não apenas como categoria econômica, mas como fenômeno social que produz efeitos concretos sobre os modos de viver, sentir e construir perspectivas de futuro.

Referências

ANTUNES, R. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serviço Social & Sociedade, n. 107, p. 405–419, set. 2011.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 1-280, 2009.

BERNARDINO, D. C. A. M.; ANDRADE, M. **O Trabalho Informal e as Repercussões para a Saúde do Trabalhador: Uma Revisão Integrativa**. Rev. Enf. Ref., Coimbra, v. serIV, n. 7, p. 149-158, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14049>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CARVALHO, J.J.; AGUIAR, M.G.G. **Qualidade de Vida e Condições de Trabalho de Feirantes**. Rev. Saúde Col. UEFS, Feira de Santana, v. 7, n. 3, p. 60-65, dez. 2017.

COSTA, S. S. **Pandemia e Desemprego no Brasil**. Rev. Adm. Pública, v. 54, n. 4, p. 1-20, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612202000170>>.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In:LANCMAN, S.; SZNELMAR, L. I. (Orgs.) **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 47-104.

_____. **Subjetividade, trabalho e ação**. Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 027-034, Set./Dez. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>. Acesso em: 21 maio. 2026.

_____. Centralidade do trabalho e saúde mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. I.], v. 26, p. e-213340, 2023. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.213340. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/213340>. Acesso em: 21 maio. 2026.

_____. **Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade**. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, E. P. (Orgs.) **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007. p. 13-26.

_____. DESSORS, D.; DESRIAUX, F. **Por um trabalho, fator de equilíbrio**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 98-104, maio/jun. 1993. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034_75901993000300009.pdf>. Acesso em: 07/04/2025.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD continua. 2024. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/9fa532fb-5681-4903-b99d-01dc45fd527a?table=9e4ab8f4-3ad4-47fb-9919-5658d2e09c4f> Acesso em: 03/04/2025.

ILO. The value of essential work. 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/%40publ/documents/publication/wcms_871016.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2026.

ILO. Economia Informal. International Labour Organization. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/topics-and-sectors/informal-economy> Acesso em: 20 de maio de 2026.

IPEA. **Desemprego, Informalidade, Subutilização e Inatividade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>.

LACAZ, F.A.C. **O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(4):757-766, abr, 2007.

LIMA, R.C.S. **Trabalhador 2000: inteligente, criativo, emocionado, participativo...** BORGES, L.H.; MOULIN, M.G.B. ARAÚJO, M.D. (orgs) Organização do Trabalho e Saúde: múltiplas visões. Vitória: EDUFES, 2001. p. 55-65.

LIMA, Francisco Caio Cabó de. **O prazer e o sofrimento de trabalhadores em atividades informais sob a ótica da psicodinâmica do trabalho**. 2023. 47 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/fc2942e6-fcbd-4851-8dbf-25595df3de83>. Acesso em: 21 maio 2026.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 2007.

MENDES, R.; CAMPOS, A. C. C. **Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira**. Rev. Bras. Med. Trab., Belo Horizonte • Vol. 2 • Nº 3 • p. 209-223 • jul-set • 2004.
<https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/SST_no_trabalho_informal.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, Supl. 2, p. 21-32, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Pesquisa aponta crescimento no emprego para a juventude, mas jovens, mulheres e negros seguem com dificuldades de inserção. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>>.

NOGUEIRA, L. S. M. **O Sofrimento negado: trabalho, saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio no Pará – Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

OBSERVATÓRIO PARAENSE DO MERCADO DO TRABALHO/UNIVERSIDADE FEDERAL DOPARÁ (OPAMET/UFPA). Boletim Trimestral de Conjuntura do Mercado de Trabalho – Pará e Belém. 2019. Disponível em: https://opamet.com.br/wp49/wp-content/uploads/2019/04/BOLETIM_OPAMET_1%C2%B0_2019.-v2.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2026.

OBSERVATÓRIO PARAENSE DO MERCADO DO TRABALHO/UNIVERSIDADE FEDERAL DOPARÁ (OPAMET/UFPA). **Caracterização e Ilustração da População Desocupada de Belém**. 2021. Disponível em: <<https://opamet.com.br/wp49/2021/04/21/caracterizacao-e-ilustracao-dapopulacaodesocupada-de-belem/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

OIT/IPEA. **JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL / Organização Internacional do Trabalho (OIT)**; OIT - Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_526213.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; SILVA, Reginalice Cera da; LACORTE, Luiz Eduardo Cobra; CEVERNY, Gislaine Cecília de Oliveira; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. **Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT)**. Saúde e Sociedade, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 4, p. 976–988, 2012. DOI: 10.1590/S0104-12902012000400015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/50707>. Acesso em: 20 maio. 2026.